

PROJETOS SOCIAIS EM EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER: REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES PARA UMA GESTÃO SOCIALMENTE COMPROMETIDA.

Marcos Miranda Correia ¹

Resumo: As desigualdades sociais levaram ao surgimento do conceito de vulnerabilidade social e de alguns projetos na área da educação física, do esporte e do lazer, sem considerar a complexidade das questões sociais e os conhecimentos básicos para uma gestão responsável e eficiente que deveria merecer o desenvolvimento de um projeto social. O objetivo desse artigo é, por meio de uma pesquisa bibliográfica, apresentar à educação física alguns conceitos já utilizados na área da gestão social, na tentativa de contribuir para melhorar essa situação apresentada anteriormente e possibilitar uma melhor intervenção dos profissionais de educação física interessados na gestão de projetos sociais.

Palavras-chave: projetos sociais; gestão; educação física.

SOCIAL PROJECTS IN PHYSICAL EDUCATION, SPORT AND LEISURE: REFLECTIONS AND CONSIDERATIONS ABOUT SOCIAL MANAGEMENT

Abstract: *The social inequalities had led to the sprouting of the concept of social vulnerability and some projects in the area of the physical education, the sport and the leisure. Those projects don't consider the complexity of the social matters and the basic knowledge for a responsible and efficient management that should deserve the development of a social project. The objective is to present some concepts, already used in the social management and to contribute to change this presented situation previously. We believe to make possible one better intervention of the professionals of physical education in the management of social projects.*

Key-words: *social projects; management; physical education.*

¹ Aluno do mestrado em Ciências da Atividade Física, na linha da Atividade Física, Sociedade e Cultura da Universo, Professor do ISERJ/ FAETEC-RJ e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

Com o crescimento das desigualdades sociais, os problemas nas diversas comunidades periféricas do Brasil tornaram-se mais visíveis. A exposição e a amplitude desses problemas revelam as comunidades socialmente vulneráveis, o que abre uma grande oportunidade para o surgimento de inúmeros projetos sociais. Projetos que, de uma forma geral, objetivam eliminar ou diminuir tais problemas por meio de atividades musicais, artísticas e esportivas.

Na expectativa de solucionar problemas e mazelas sociais, em muitas ocasiões, a educação física, o esporte e o lazer são incorporados como objetos ou instrumentos de projetos, dotados de “boas” e “más” intenções. De uma forma ou de outra, muitas vezes, esses projetos não dão conta de atingirem objetivos tão grandiosos, pois, muitas vezes, não conseguem efetivar simples mudanças na realidade local. Assim, certos projetos tem sido alvo de crítica, porque desconsideram conhecimentos técnicos da gestão de projetos sociais ou são motivados por ações oportunistas e acabam não se efetivando como agentes de transformação social (TAVARES, 2006). Essa utilização distorcida ou equivocada do esporte e da educação física acaba refletindo-se em superestimação, desprestígio ou desperdício de investimentos em muitos projetos sociais.

Tavares (2006) nos leva a perceber pouca preocupação e despreparo de muitos políticos e gestores com os resultados de um projeto social. Por não serem (e não deverão ser) tratados como negócio, seus gestores e idealizadores não contabilizam (equivocadamente) os prejuízos de uma má elaboração e um incorreto desenvolvimento. Evitar essas situações deveria ser uma das preocupações dos profissionais da educação física que se dedicam ou irão se dedicar à gestão social.

Diante dessa situação, este trabalho buscou na literatura, ainda bastante restrita (ANDRADE, 2005), articular alguns pontos de críticas com algumas referências e informações que possam contribuir para uma melhor intervenção dos profissionais da educação física, quando solicitados para a elaboração ou gestão de projetos de cunho social.

VULNERABILIDADE SOCIAL E A EDUCAÇÃO FÍSICA

Designar determinados grupos sociais como vulneráveis nos conduz a uma breve reflexão sobre os sentidos e ações que essa designação pode gerar. O conceito de

vulnerabilidade social origina-se na advocacia internacional, na luta pelos Direitos Internacionais do Homem, sendo incorporado pelos estudos e intervenções sobre a AIDS. A utilização desse termo tornou-se eficaz, porque permitiu chamar a atenção de alguns setores da sociedade para as desigualdades sociais, a falta de perspectivas e de condições estruturais que colocam em risco a saúde pessoal e social de pessoas ou grupos excluídos dos direitos humanos e de cidadania (BELENZZANI, MALFITANO e VALLI, 2005).

Apesar desse aspecto positivo do conceito de vulnerabilidade social, precisamos ter cuidado ao denominarmos essas comunidades como vulneráveis. Fazemos essa ressalva, porque tem sido recorrente, nos discursos das ações sociais, associar a condição de vulnerável social com a de carente social. Ver esses indivíduos como carentes, permite o surgimento de projetos de educação física, esporte e lazer com um caráter clientelista, assistencialista, paternalista ou utilitarista, oferecendo como benesse aquilo que é um direito. O conceito de vulnerabilidade social está associado aos direitos civis e sociais e às condições de cidadania que, por uma complexidade de fatores, deixam excluídos da condição de cidadãos diversos sujeitos e comunidades. Por isso, passaremos a empregar os termos vulneráveis e vulnerável entre aspas, para destacar a capacidade de reivindicação e transformação desses grupos ou indivíduos excluídos de seus direitos.

Prestar atenção a isso é importante, porque o esporte e o lazer vêm sendo considerados como um dos principais “*mediadores do desenvolvimento humano*” (TABARES, 2006, p. 212). Por essa razão, tem sido incluído em diversas ações governamentais e não governamentais com o objetivo de suprir as “carências” de alguns grupos socialmente desfavorecidos. Não é necessário aqui nos aprofundarmos para demonstrar ou discutir a relevância, a importância e o valor sócio-educacional das atividades esportivas, mas alertar sobre o entendimento que se poder fazer a respeito da relação entre a educação física, o esporte, o lazer e o conceito de vulnerabilidade social (INDER, 2006).

O que deve ser destacado é o fato da Constituição do Brasil (Brasil, 1988), em seu artigo 6º e 217º, definir a prática desportiva e do lazer como um direito social, sendo um dever do poder público promovê-las. Para Tavares (2006), esse entendimento é primordial para a garantia da participação política e democrática das populações denominadas “vulneráveis” e para que os projetos na área da educação física, do esporte e do lazer atinjam todo o seu potencial de desenvolvimento social e humano.

Ao contrário da elaboração e gestão de projetos apoiados por interesses políticos-eleitoreiros, institucionais e pessoais, como vemos em alguns casos, os mesmos deveriam ser desenvolvidos a partir de um entendimento da educação física, do esporte e do lazer como uma questão de cidadania e de direito garantido constitucionalmente. Aquilo que esperamos ver nos projetos sociais, direcionados aos grupos socialmente “vulneráveis”, é o compromisso dos seus idealizadores e gestores com a transformação da postura política dos sujeitos pertencentes a esses grupos, tirando-os da condição de carentes para a de exigentes e reivindicadores.

CONTEXTUALIZANDO E PROBLEMATIZANDO

Diante do contexto da desigualdade social e das conseqüentes contradições e conflitos, não deixam de surgir os discursos para defender a ocupação do tempo livre como solução para evitar os possíveis ou prováveis problemas sociais (MASCARENHAS, 2003). Não queremos discordar da importância de se criar oportunidades e atividades para as populações “vulneráveis”, mas também não podemos concordar com a concepção reducionista e discriminatória, exemplificada e criticada por Tavares (2006, p.201): *“enquanto estiverem jogando bola, não estão assaltando ou traficando”*.

Essa é uma visão reducionista e discriminatória que abre caminho para existirem os chamados “programas sociais” que encontram na educação física, no esporte e no lazer, o remédio para as mazelas da sociedade (TAVARES, 2006). Também cede espaço para aqueles que, apesar das boas intenções, muitas das vezes, não atendem às exigências técnicas fundamentais para a obtenção de resultados positivos para a sociedade.

Outra característica dos projetos sociais no campo da educação física, do esporte e do lazer são os interesses político-oportunistas ou identificados com a busca de talentos. Concebidos numa perspectiva utilitarista e medicalizada da educação física, associados a uma carência de planejamento adequado, esses tipos de projetos têm gerado uma sensação de desconfiança em alguns segmentos da área quanto ao aproveitamento dos recursos e o prestígio dos mesmos.

Marino (2003) ressalta que a importação de projetos bem-sucedidos em uma determinada região ou país para ser reproduzido sistematicamente na comunidade alvo é outro procedimento a ser evitado. Seria prudente que os projetos levados às

comunidades “vulneráveis” atendessem às suas necessidades reais e não aos dos idealizadores do projeto ou programa.

Traçamos até então essas considerações para apontar o problema principal que nos levou a realizar essa pesquisa bibliográfica. Considerando as críticas e reflexões de Tavares (2006) e Tabares (2006), fomos percebendo que ainda somos influenciados por uma tradição educacional que dissocia teoria e prática. Por isso, nós, profissionais de educação física, envolvidos com questões sociais (ou “teóricas”), acabamos desconsiderando alguns conceitos e técnicas básicas de administração e gestão que poderiam tornar nossas militâncias mais objetivas e efetivas, sem, com isso, deixar de lado nossas concepções ideológicas, políticas e profissionais.

Embora devam ser resguardadas as devidas peculiaridades e complexidades de uma ação social, teremos como pressuposto a seguinte premissa: para que os projetos sociais em educação física, esporte e lazer obtenham êxito e cumpram seu papel transformador nas comunidades “vulneráveis”, será necessário que os mesmos sejam desenvolvidos e administrados com a mesma seriedade e eficiência de uma empresa, porém, com muita responsabilidade e comprometimento social.

Para isso, apresentaremos adiante alguns conceitos referentes à elaboração e gestão de projetos sociais, procurando apontar e sugerir ações mais efetivas e conscientes dos profissionais de educação física para um melhor resultado social dos projetos ligados a essa área, bem como despertá-los para uma crítica consciente e consistente dos projetos descomprometidos com a sociedade e com as comunidades “vulneráveis”.

PLANO, PROGRAMA E PROJETO

Ander-Egg e Idáñez (1997) afirmam que nenhuma ação social terá êxito sem que seja deliberado um grande esforço de organização e operacionalização. Fica clara e evidente a necessidade da educação física apreender conceitos referentes à gestão de projetos para que seu potencial de mediador social não seja desperdiçado. Torna-se necessário, conforme os autores, diferenciar plano, programa e projeto.

O Plano possui um caráter mais abrangente, pois expressa os delineamentos políticos e prioridades globais tais como prioridade para concessão e direcionamento de recursos, estabelecimento de metas e proposição de objetivos. Um plano abrange

programas e projetos. Esse é o que deveria traçar as metas de desenvolvimento de uma administração nacional, estadual ou municipal para o setor social.

Programa é um “conjunto organizado, coerente e integrado de atividades, serviços ou processos expressados em um conjunto de projetos relacionados ou coordenados entre si que são de similar natureza” (ANDER-EGG e IDÁÑES, 1997, p.15). Um programa é constituído por vários projetos. É a parte do plano que poderia ser assumida por universidades, empresas, organizações não-governamentais ou outras instituições.

Projeto, como o programa, é um conjunto de atividades concretas, coordenadas e inter-relacionadas, porém, com orientações mais específicas e objetivas para a solução dos problemas. O que diferencia os dois é a magnitude e a amplitude dos objetivos. Vários projetos constituem um programa que, necessariamente, devem estar articulados entre si. É onde a educação física entra como articuladora e mediadora entre governo, universidade (ou outra instituição) e comunidade. Um projeto tem como principais características: duração determinada, utilização de recursos técnicos, financeiros e materiais, alcance de resultados previstos em sua concepção.

Os autores definem ainda, **atividade** e **tarefa**, porém nos limitamos a defini-las como ações mais específicas e rotineiras do trabalho direto com a comunidade. Seriam, respectivamente as aulas de dança ou futebol e a preparação e conservação da sala ou da quadra para as aulas.

Surge um outro conceito importante na efetivação de um projeto social: **parceria**. Um projeto social, para se tornar efetivo e atingir o impacto desejado, depende substancialmente do apoio da comunidade, entretanto, precisa de recursos para que um orçamento muito reduzido não impeça ou limite algumas ações. Por isso, Soares, Monteiro e Monteiro (2006) entendem a mesma como uma rede de associações humanas que serão otimizadas à medida que se fortalecerem as relações entre os parceiros. Para elas, “estabelecer ‘parcerias’ significa investimento financeiro e social” (*ibid*, p.7).

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER

Definido o que é um projeto ressalta-se em sua característica temporária o principal enfoque a ser abordado adiante, porque encontramos nesse ponto uma relação importante com as críticas de Tavares (2006) a alguns programas e projetos, o que consideraremos fundamental para a gestão de projetos sociais.

Sendo temporário e envolvendo uma série de variáveis qualitativas e de difícil mensuração, um projeto social deve ter uma responsabilidade e cuidado muito maior que qualquer outra administração. Segundo Ander-Egg e Idães (1997), bons projetos sociais não dependem apenas de boas intenções, mas também de eficiência operativa, a qual significa a capacidade de transformar idéias em ações.

Eis aqui um ponto importante para aqueles que costumam discriminar a operacionalização das suas metas sociais como alienação e que, com isso, não tomam as providências adequadas na condução de um projeto. Boff (2000) e Santos (2001), ambos de visão humanista e socialista, não excluem mutuamente o potencial da lógica (racionalidade) e da estética (sensibilidade). Ao contrário da alienação, a associação entre o idealismo social e a lógica administrativa pode ajudar muitos projetos a atingirem e efetivarem suas metas sociais com muito mais facilidade, rapidez e impacto social.

É preciso levar em conta, na grande maioria desses projetos, que as comunidades “vulneráveis” envolvidas já se encontram desfavorecidas e marginalizadas socialmente e, provavelmente, com uma baixa-estima, portanto não é justo prometer e criar expectativas que não serão realizadas ou que poderão ser interrompidas por administrações equivocadas. Isso seria uma dupla exclusão e um duplo desrespeito.

Desta forma, torna-se imprescindível para os profissionais de educação física, que militam ou desejam militar nesse campo, apreender alguns conceitos básicos na elaboração e gestão de projetos sociais.

CONCEITOS BÁSICOS DA GESTÃO DE PROJETOS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA

Reconhecida a importância da educação física em adquirir conhecimento sobre a elaboração e a gestão dos projetos sociais, vamos resumir alguns conceitos básicos para uma atuação mais consistente e efetiva do profissional de educação física na área social.

Ao escrever sobre **Planejamento**, Gandin (2000) ressalta que, dada uma visão ortodoxa da tarefa de planejar, o planejamento passou a ser visto de forma quase cômica, levando o mesmo a um considerável “*descrédito*” (ibid, p. 13). Isso nos leva a compreender as críticas apontadas anteriormente aos descuidos com alguns projetos sociais e justificar a necessidade de uma melhor formação e interferência da educação física nesse campo em desenvolvimento.

Por outro lado, a definição do próprio Gandin (2000) sobre planejamento, confirma a relevância de se realizar uma gestão operacional das ambições sociais envolvidas em projetos direcionados a comunidades “vulneráveis”. Para o autor, “*planejamento é uma tarefa vital, uma união entre vida e técnica para o bem-estar do homem e da sociedade*” (ibid, p.18). Seguindo com o mesmo autor: “*O planejamento deve alcançar não só que se façam bem as coisas que se fazem (chamaremos a isso de **eficiência**), mas que se façam as coisas que realmente importa fazer, porque são socialmente desejáveis (chamemos a isso de **eficácia**)*” (GANDIN, 2000, p.17, grifo nosso).

Entendido assim, o planejamento passa a ser um processo educativo e agrega o de **avaliação**, tornando-os indissociáveis para que se consiga atingir as metas de um projeto com **eficácia, eficiência, efetividade e impacto** (GANDIN, 2000; MARINO, 2003; TAVARES, 2006). Soares, Monteiro e Monteiro (2006) consideram tais conceitos como importantes balizadores das metas de um projeto de cunho social. A apresentação seqüencial e separada não significa que possam ser operacionalizados de forma isolada; isso é apenas uma necessidade didática. A integração de todos esses conceitos determinará o êxito de um projeto social.

Eficácia “*é a realização dos objetivos previstos*” (TAVARES, 2006, p.205). Como dito anteriormente, não basta uma coisa ser bem feita, pois é também fundamental que relevância social. Sob essa perspectiva, a educação física tem deixado abertos os espaços para as críticas aos seus projetos que superestimam os objetivos,

dizendo que irão tirar jovens da marginalidade, ou outros nessa linha, mas que na execução não passam de “*escolinhas*” (*ibid*, p. 205), caça-talentos esportivos. Eficácia é a capacidade de efetivar as idealizações, de descartar concepções equivocadas e de reconduzir os esforços para alcançar as transformações sociais necessárias em qualquer momento do projeto.

Eficiência “*é o alcance dos resultados previstos utilizando um mínimo de recursos*” (p. 205), sejam esses materiais ou humanos. Em um país onde se investe pouco em saúde, educação e, especialmente, na educação física, não é admissível que os profissionais dessa última área apliquem mal ou desperdicem os poucos recursos disponibilizados. Cohen e Franco (2004) entendem eficiência como sinônimo de produtividade (melhor custo-benefício). Para nós, é evitar o desperdício de recursos que alguns projetos na área da educação física, do esporte e do lazer têm gerado.

Para alcançar uma melhor eficiência, eficácia e efetividade Ander-Egg e Idáñez (1997) sugerem, conforme apresentado no quadro 1, dez perguntas que devem ser constantemente realizadas pelo profissional de educação física durante a gestão de qualquer projeto social.

O QUE	se quer fazer?	<input type="checkbox"/>	<i>Natureza do projeto</i>
POR QUE	se quer fazer?	<input type="checkbox"/>	<i>Origem e fundamentação</i>
PARA QUE	se quer fazer?	<input type="checkbox"/>	<i>Objetivos, propósitos</i>
QUANTO	se quer fazer?	<input type="checkbox"/>	<i>Metas</i>
ONDE	se quer fazer?	<input type="checkbox"/>	<i>Localização física (locação)</i>
		<input type="checkbox"/>	<i>Cobertura especial</i>
COMO	se vai fazer?	<input type="checkbox"/>	<i>Atividades e tarefas</i>
		<input type="checkbox"/>	<i>Métodos e técnicas</i>
QUANDO	se vai fazer?	<input type="checkbox"/>	<i>Calendário do cronograma (previsão do tempo)</i>
A QUEM	vai dirigido?	<input type="checkbox"/>	<i>Destinatários ou beneficiários</i>
QUEM	irá fazer ?	<input type="checkbox"/>	<i>Recursos humanos</i>
COM QUE	será custeado?	<input type="checkbox"/>	<i>Recursos financeiros</i>

Quadro 1

Efetividade é o pleno êxito de um projeto social. “*É o resultado concreto do projeto e dimensiona a sustentabilidade das ações por ele implementadas*” (TAVARES, 2006, p. 206). Dá-se quando, ao término do projeto, as comunidades tomam conhecimento da importância da atividade desenvolvida para suas vidas e a reconhecem como um direito dela e um dever público. Acontece quando um projeto torna-se um serviço (ANDER-EGG e IDÁÑEZ, 1997) do qual a comunidade não

poderá mais prescindir, o que fortalece a sua cidadania e cumpre o papel fundamental de um projeto social, reproduzido no velho jargão: “não dar o peixe, mas ensinar a pescar”.

Deixamos a **Avaliação** por último, não porque encerra o projeto, mas para, exatamente, afirmar que “*ela ocorre como um processo integrado e contínuo na vida do projeto, esta, sim sempre apresenta efeitos; incorporada como um valor pelas pessoas, resulta em aprendizagem*” (MARINO, 2003, p. 18). Em um projeto social, a avaliação deve conduzir à reflexão, porém não deve deixar de buscar a precisão ao estabelecer critérios e medidas. Procuramos sintetizar no quadro 2, os “7 passos da avaliação” (MARINO, 2003, p. 26), fundamentais para um processo de avaliação em projetos sociais

1º	Decidir o foco da avaliação	<i>Pensar e decidir sobre o que avaliar.</i>
2º	Formar a equipe	<i>Escolher pessoas para registrar e divulgar o processo.</i>
3º	Identificar os interessados, as perguntas e os indicadores	<i>Identificar pessoas que possam fornecer as perguntas necessárias para a avaliação.</i>
4º	Levantamento de informações	<i>Identificar fontes, escolher métodos e construir instrumentos.</i>
5º	Análise dos fatos e informações	<i>Sistematizar e analisar as informações coletadas.</i>
6º	Elaborar e divulgar um relatório	<i>Relatar e divulgar as conclusões e sugestões.</i>
7º	Utilizar e disseminar	<i>Utilizar os relatórios para discussão e aplicações.</i>

Quadro 2

Ao falarmos de avaliação em projeto social, somos remetidos ao conceito de **Avaliação de Impacto**. A dimensão da ação social provocada por um projeto não deve limitar-se à sua simples inserção e conclusão; um projeto social deve estimar as mudanças e os efeitos que poderá produzir no bem-estar da comunidade como um todo (RAWLINGS, 2004), sem apenas limitar-se à avaliação dos participantes envolvidos diretamente na sua realização. De acordo com Chris Roche (2000), as avaliações de impacto permitem estimar qualitativa e quantitativamente as conseqüências ambientais, culturais, sociais e econômicas que os projetos ou programas podem provocar no contexto onde serão realizados (TAVARES, 2006). Avaliar o impacto de um projeto,

em educação física, esporte e lazer, significa pensar sobre o legado social que este pode deixar para as comunidades envolvidas após o seu término.

Portanto, sendo a educação física, o esporte e o lazer campos importantes de mediação social (TABARES, 2006), levar em consideração esses conceitos apresentados pode ser uma forma de buscar um melhor aproveitamento dos poucos recursos que são destinados à área social, educacional e esportiva. A escassez de recursos não é uma particularidade de nossa área, por isso conciliar um projeto comprometido socialmente com um planejamento tecnicamente elaborado pode abrir caminhos para o surgimento de políticas sociais mais efetivas, eficazes e eficientes (COHEN e FRANCO, 2004). A apropriação e o aprofundamento desses conhecimentos, bem como a adoção de uma postura crítica em relação a certos projetos da nossa área, poderão ser uma grande contribuição para as comunidades vistas como vulneráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os valores educacionais e sociais atribuídos ao esporte e ao lazer, bem como a constituição que os reconhece como um direito de todo cidadão brasileiro, a visão assistencialista, clientelista e instrumentalista da educação física não pode ser a referência para o desenvolvimento dos projetos sociais nessa área. Pelo que apresentamos e discutimos, adotar essa posição é negligenciar a constituição e desrespeitar ainda mais as comunidades já excluídas e discriminadas, quando tratadas como “vulneráveis” ou “carentes”.

Por isso, consideramos ser fundamental que os profissionais de educação física se dediquem a compreender e assimilar os conceitos e procedimentos da gestão social, porém sem que cometam o equívoco de separar a sensibilidade às questões político-ideológicas da necessidade de aplicar os recursos técnico-administrativos para garantir a eficácia, a eficiência e o impacto dos resultados de um projeto social. Talvez esteja aí uma grande questão para novos estudos na área de gestão e das ciências sociais. Conforme Santos (2001), esse é um desafio ainda não enfrentado como deveria.

É importante compreender a definição de projeto para saber que sua existência é temporária, com recursos limitados. Isso significa que os projetos sociais não podem ter existência indefinida, mas sim ter um caráter emergencial para corrigir falhas eventuais nas políticas e nos planos governamentais. Um projeto social eterno não está cumprindo com o seu papel, pois isso significa continuar mantendo a população

envolvida como eterna comunidade “vulnerável”, ou melhor, significa que se houvesse políticas públicas adequadas e a legislação fosse cumprida não se fariam necessários tantos projetos sociais. A princípio, essa afirmação pode parecer uma forma radical de pensar, porém merecedora de maiores reflexões e ponderações, quando contextualizada na discussão que traçamos ao longo do texto.

A complexidade do tema, envolvendo comunidades “vulneráveis” e a exigência de responsabilidade social, mereceria maior atenção aos conceitos aqui abordados, para que os projetos da educação física não caiam no desprestígio ou desperdício. Conhecer os conceitos apresentados, por si só, não representará projetos eficientes e eficazes socialmente, mas, se correlacionados com a vontade e o comprometimento social, podem ser uma poderosa alavanca.

Finalmente, ressaltamos que o tema não se esgota com essa abordagem. O objetivo deste ensaio não foi aprofundar as questões relacionadas à gestão social na educação física, no esporte e no lazer, contudo apontar algumas portas de entrada para os profissionais da nossa área, interessados nessa temática emergente. A preocupação com a gestão de projetos sociais é recente e existe uma carência de estudos no campo da gestão social. No âmbito da educação física, essa dificuldade torna-se ainda maior, apresentando um grande desafio para seus profissionais, se considerarmos a importância e o valor social atribuídos ao esporte e ao lazer. Assim, esperamos que esse estudo sirva de estímulo a pesquisas e projetos comprometidos com a justiça e a responsabilidade social.

REFERÊNCIAS

ANDER-EGG, E; IDÁÑEZ, M. J. A. **Cómo elaborar un proyecto**: guía para diseñar proyectos sociales y culturales. Madrid: Instituto de Ciências Sociales Aplicadas, 1997.

ANDRADE, J. O. **Resenha do livro**: Avaliação de impactos dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças, de Chris Roche. E & G Economia e Gestão, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 163-167, abr. 2005.

BELLENZANI, R.; MALFITANO, A. P. S.; VALLI, C. M. **Da vulnerabilidade social à vulnerabilidade psíquica**: uma proposta de cuidado em saúde mental para adolescentes em situação de rua e exploração sexual. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 2005. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200010&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 30 Sept. 2006.

BOFF, L. **Ethos mundial**: um consenso mínimo entre os humanos. Brasília/DF: Letraviva, 2000.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. 6ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 05/10/1988. São Paulo: Saraiva, 1998.

GANDIN, D. **Planejamento como prática educativa**. 11ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

INDER – Instituto de Deportes e Recreación. La política publica para el deporte y la recreación. Medellín. Disponível em: <<http://www.inder.gov.co/imagenes/21>>. Acesso em: 01 Out. 2006.

MARINO, E. **Manual de avaliação de projetos sociais**. 2ª ed. São Paulo: Instituto Airton Senna/ Saraiva, 2003.

MASCARENHAS, F. O pedaço sitiado: cidade, cultura e lazer em tempos de globalização. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v. 24, n. 3, p. 121-143, mai. 2003.

RAWLINGS, L. B. Avaliação de impacto: objetivos e formas. Disponível em <http://siteresources.worldbank.org/SAFETYNETSANDTRANSFERS/Resources/281945-1131468287118/1876750-1140119752568/Rawlings_Port.pdf>. Acesso em: 01 Out. 2006.

ROCHE, C. *Avaliação de impacto dos trabalhos em ONGs*. São Paulo: Cortez. 2000.

SANTOS, B. de S. O norte, o sul e a utopia. In: SANTOS, B. de S. **Pelas mãos de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2001, p. 281-348.

SILVA, C. R.; FREITAS, H.; LOPES, R. E. Adolescentes, vulnerabilidade, sexualidade e saúde mental. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 2., 2005. Disponível em <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200077&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 30 Sept. 2006.

SOARES, M.; MONTEIRO, M.; MONTEIRO, S. Projeto SESC na praia e SESC no piscinão. Rio de Janeiro: Instituto Muda Mundo, 2006. cd-rom.

TABARES, J. F. O esporte e a recreação como dispositivos para a atenção da população em situação de vulnerabilidade social. In: MELLO, V. de A.; TAVARES, C. **O exercício reflexivo do movimento: educação física, lazer, e inclusão social**. Rio de Janeiro: Shape, p. 212-224, 2006.

TAVARES, S. Avaliação de projetos sócio-esportivos. In: MELLO, V.de A.; TAVARES, C. **O exercício reflexivo do movimento: educação física, lazer, e inclusão social**. Rio de Janeiro: Shape, p. 200-211, 2006.

Recebido em: 26/03/07.

Aprovado em: 12/11/07.

Contato:

Marcos Miranda Correia

E-mail. mmarcosuff@bol.com.br